

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.407.897 - RS (2013/0323788-6)**

**RELATOR : MINISTRO GURGEL DE FARIA**  
**RECORRENTE : LUIZ CLÁUDIO DE LEMOS TAVARES**  
**ADVOGADO : CRISTIANO BARRETTO FIGUEIREDO - RJ120901**  
**RECORRIDO : ASSOCIAÇÃO FARROUPILHENSE PRÓ-SAÚDE**  
**ADVOGADOS : LINO AMBROSIO TROES - RS019130**  
**ÂNGELA BASEGGIO TROES - RS058820**  
**TIAGO BASEGGIO TROES - RS078571**  
**INTERES. : FAZENDA NACIONAL**  
**PROCURADOR : PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial interposto por LUIZ CLÁUDIO DE LEMOS TAVARES, com base nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional, contra acórdão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região assim ementado (e-STJ fls. 1.621/1.622):

ADMINISTRATIVO. AÇÃO POPULAR. LEGITIMIDADE. IMUNIDADE. CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE BÁSICA. MUNICÍPIO. CONTRATO DE GESTÃO. DESCENTRALIZAÇÃO. ASSOCIAÇÃO. NATUREZA ASSISTENCIAL. EXISTÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO.

. O cidadão que comprove tal qualidade mediante singela apresentação do título de eleitor está legitimado para ajuizar ação popular.

. A Constituição Federal e a legislação pertinente ao SUS autorizaram os entes da federação a firmarem contratos de gestão com pessoas jurídicas de direito privado para prestação de determinados serviços públicos, como aqueles atinentes à saúde. Satisfeitas as condicionantes legais do ajuste, revela-se ele como mecanismo apto a concretizar o princípio da descentralização basilar do SUS.

. A organização social que firmou contrato de gestão com o Município não tem maculada sua natureza assistencial e beneficente quando percebe repasses financeiros do orçamento municipal para fazer frente às despesas decorrentes da prestação dos serviços da saúde. A gratuidade dos serviços deve ser aferida sob o prisma da ausência de ônus pecuniário suportado pelo usuário e beneficiário dos serviços de saúde pública e não sob o enfoque do prestador desse serviço.

. Hígido é o CEBAS emitido pelo CNAS em favor de Associação que satisfaz as legais condicionantes e cuja essencial atividade ostenta natureza de assistência e beneficência. o Atendimento dos quesitos do artigo da Lei nº 8.212/91 acarretam a imunidade da organização.

. Prequestionamento quanto à legislação invocada estabelecido pelas razões de decidir.

. Apelação da Associação Farroupilhense Pro Saúde provida e prejudicada a do autor.

Os primeiros embargos de declaração foram rejeitados, tendo sido aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor da causa, por litigância de má-fé, com base nos arts. 17, I, VI e VII, e 18 do CPC/1973 (e-STJ fls. 1.682/1.690).

Novos aclaratórios foram opostos pela recorrentes, os quais foram conhecidos em parte e, nessa extensão, acolhidos, atribuindo-lhes efeitos

infringentes, para afastar a multa por litigância de má-fé (e-STJ fls. 1.708/1.713).

A parte recorrente sustenta violação dos seguintes dispositivos de lei federal, declinando suas razões: a) art. 535, II, do CPC/1973, por entender que houve omissão quanto ao exame da segunda causa de pedir para anular o CEBAS, qual seja, o não atendimento dos requisitos legais nos anos de 1997 a 1999, que não foi sanada, não obstante a oposição de dois embargos declaratórios, aduzindo, a propósito, divergência jurisprudencial; b) art. 515, § 1º, do CPC/1973, ao argumento de que não estava precluso o tema relativo à necessidade de perícia contábil relativamente à segunda causa de pedir; c) art. 330, I, do CPC/1973, à asserção de que foi cerceado no seu direito de comprovar o que alegou, sendo necessária a realização de perícia contábil, indispensável à comprovação do efetivo preenchimento dos requisitos para obtenção do CEBAS (e-STJ fls. 1.715/1.742).

Contrarrazões às e-STJ fls. 1.788/1.805.

O Ministério Público Federal opina pelo não conhecimento do recurso especial (e-STJ fls. 1.892/1.900).

Passo a decidir.

Nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

Considerado isso, o recurso especial origina-se de ação popular proposta pelo ora recorrente, em que pretende anular o Certificado de Entidade Beneficente de Assisência Social (CEBAS) concedida à Associação Farroupilhense Pró-Saúde, ora recorrida, assim como condenar ao ressarcimento ao erário "em virtude de eventual impossibilidade de cobrança pelo fisco de contribuições da seguridade social de fatos geradores ocorridos no período de 20/10/04 a 19/10/07, motivado pela decadência tributária" (e-STJ fl. 34).

A sentença julgou parcialmente procedente o pedido. O Tribunal Regional Federal da 4ª Região, todavia, deu provimento à apelação da Associação Farroupilhense Pro Saúde e julgou prejudicada a apelação do autor, ora recorrente.

Em relação à apontada ofensa ao art. 535, II, do CPC/1973, não se vislumbra nenhum equívoco ou deficiência na fundamentação contida no acórdão recorrido, sendo possível observar que o Tribunal de origem apreciou integralmente a controvérsia, apontando as razões de seu convencimento, não se podendo confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

A propósito, cabe ressaltar que "não há que se falar em dissídio jurisprudencial com relação ao entendimento firmado em acórdão embargado quanto à existência ou não de ofensa ao disposto no art. 535 do CPC/73 (atual art. 1.022 do CPC/2015), na medida em que a verificação de ocorrência ou não dos vícios elencados nesse dispositivo processual depende das circunstâncias particulares do caso concreto"

(AgInt nos EDv nos EAREsp 1.174.233/MG, Rel. Ministra Nancy Adrigli, Corte Especial, julgado em 10/03/2020, DJe de 12/03/2020).

No tocante à suscitada violação do art. 515, § 1º, do CPC/1973, verifico que seu **conteúdo normativo** não se mostra capaz de amparar a tese deduzida nas razões recursais, no sentido de que "a questão da necessária perícia contábil não precluiu" (e-STJ fl. 1.734), de modo que o recurso especial não reúne condições de ser conhecido, no ponto, por incidência do óbice da Súmula 284 do STF, aplicável por analogia.

Nesse sentido:

**PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. ALEGAÇÕES GENÉRICAS. SÚMULA 284/STF. DISPOSITIVO DE LEI FEDERAL COM COMANDO INSUFICIENTE À SUSTENTAÇÃO DA TESE RECURSAL. SÚMULA 284/STF. APRECIACÃO DE DIREITO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.**

1. A alegação genérica de violação do artigo 535 do CPC/1973, sem demonstrar qual questão de direito não foi abordada no acórdão recorrido e a sua efetiva relevância para fins de novo julgamento pelo Tribunal de origem, atrai a aplicação do disposto na Súmula 284/STF.

2. A jurisprudência desta Corte considera deficiente a fundamentação quando a parte apresenta artigos de lei supostamente violados que não possuem comando suficiente para alterar o entendimento do acórdão recorrido, apresentando razões recursais dissociadas dos fundamentos utilizados pela Corte de origem. Incidência, por analogia, da Súmula 284/STF.

3. A despeito da parte sustentar que a solução da controvérsia se limita ao "procedimento relativo às intimações judiciais" - arts. 241 e 242 do CPC/1973, o deslinde da controvérsia passa, necessariamente, pelo exame de matéria local, uma vez que, como reconhecido no recurso especial, "a lei estadual não deixa pairar dúvidas: somente a PGE/PE é competente para receber intimações da FUNAPE", o que inviabiliza o seu exame na via especial ante o óbice da Súmula 280/STF.

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp 452.520/PE, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018) (Grifos acrescidos).

**PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. PENSÃO POR MORTE POSTULADA POR COMPANHEIRA. ESCRITURA PÚBLICA DE UNIÃO ESTÁVEL. VALOR PROBATÓRIO. DEFICIÊNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. SÚMULA 284/STF. REANÁLISE DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ.**

1. Hipótese em que a parte recorrente aduz que a prova dos autos foi valorada inapropriadamente, colocando a escritura pública de união estável em patamar superior às outras provas produzidas, o que teria violado os arts. 364 do CPC/1973, 1º da Lei 9.278/1996 e 1.723 do Código Civil.

2. Constatou-se que os referidos dispositivos legais não amparam a tese defendida pela recorrente, por não guardarem relação com a argumentação contida nas razões recursais e não trazerem conteúdo normativo apto a atingir a questão controvertida objeto da insurgência. Aplica-se, na espécie, a Súmula 284/STF, tendo em vista que a deficiência

**na fundamentação obsteu o deslinde do caso.**

[...]

7. Recurso Especial do qual não se conhece.

(REsp 1682141/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/10/2017, DJe 16/10/2017) (Grifos acrescidos).

Por fim, quanto à suscitada ofensa ao art. 330, I, do CPC/1973, a inversão do julgado de modo a acolher a tese defendida no recurso especial de que seria necessária a realização de prova pericial demandaria necessariamente o revolvimento do mesmo conjunto fático-probatório, o que é vedado na instância especial ante o óbice da Súmula 7 do STJ: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial".

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. PRODUÇÃO DE PROVA PERÍCIA. DESNECESSIDADE. INVERSÃO. SÚMULA 7 DO STJ.

1. Conforme estabelecido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista (Enunciado Administrativo n. 3).

2. Compete ao magistrado, como destinatário final da prova, avaliar a pertinência das diligências que as partes pretendem realizar, segundo as normas processuais, podendo afastar o pedido de produção de provas, se estas forem inúteis ou meramente protelatórias, ou, ainda, se já tiver ele firmado sua convicção, a teor dos arts. 370 e 371 do CPC/2015 (arts. 130 e 131 do CPC/1973).

3. Hipótese em que o Tribunal de origem, soberano na análise da circunstância fática da causa, concluiu pela inexistência de cerceamento de defesa e pela desnecessidade de produção de provas, por considerar suficientes as já existentes nos autos, cuja revisão é inviável no âmbito do recurso especial, nos termos da Súmula 7 do STJ.

4. Agravo interno desprovido.

(AgInt no AREsp 1.471.062/SP, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 09/12/2019, DJe 12/12/2019).

Ante o exposto, com base no art. 255, § 4º, I e II, do RISTJ, CONHEÇO PARCIALMENTE do recurso especial e, nessa parte, NEGOU-LHE PROVIMENTO.

Sem condenação ao pagamento de honorários recursais, porquanto, em razão da natureza da ação em debate, não houve fixação de verba honorária.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRO GURGEL DE FARIA

Relator